

Dificuldades/Barreiras referentes à inclusão de alunos/as nas aulas de educação física: uma análise da rede pública municipal de Fortaleza.

Luize Anne Paiva de Sousa ¹
Lucas Luan de Brito Cordeiro ²
Luiz Sanches Neto ³
Luciana Venâncio ⁴

RESUMO

A educação é um direito universal, com objetivos específicos ao desenvolvimento sustentável, sendo essencial elaborar estratégias que promovam o ensino humanizado na escolarização (Unesco, 2017). Nesse contexto, discutiremos a educação inclusiva, que preconiza que a sociedade deve fornecer as condições necessárias para pleno acesso e permanência de todos/as no processo de aprendizagem, valorizando a diversidade de suas características. A escola, portanto, precisa considerar as idiossincrasias de cada estudante ao garantir sua participação efetiva e seu engajamento subjetivo nas aulas, independentemente de religião, gênero e/ou raça, entre outros marcadores sociais. Nós aprendemos de maneiras diferentes; contudo, é imprescindível criarmos um ambiente inclusivo onde todos/as possam participar. Nesta pesquisa visamos expor e compreender as barreiras enfrentadas nas aulas de educação física por 16 professores/as de diferentes escolas da rede pública municipal de Fortaleza. Com esse objetivo, elaboramos um questionário com nove perguntas abertas para identificar as barreiras nas aulas de educação física que impedem a inclusão efetiva dos/as estudantes. O critério de inclusão foi: ser professor/a de educação física da rede de Fortaleza, independente do tempo de experiência. Dos/as participantes, 14 apontaram barreiras físicas, 13 relataram barreiras atitudinais (obstáculos derivados de atitudes, preconceitos pessoais e crenças que dificultam a interação e cooperação), 12 enfrentaram barreiras tecnológicas, 10 citaram barreiras de transporte devido à infraestrutura inadequada, e oito mencionaram barreiras de comunicação. Todos/as professores/as afirmaram que se esforçam para promover a inclusão dos/as discentes, apesar das dificuldades, e destacaram a necessidade de melhores condições por parte da gestão escolar e da prefeitura para desenvolver aulas mais inclusivas e atrativas. Compreender essas dificuldades é crucial para identificar o que (im)possibilita que a prática pedagógica seja acessível e buscar mudanças conforme a responsabilização das diferentes esferas sociais, sem culpabilizar o/a docente.

Palavras-chave: Artigo completo, Normas científicas, Congresso, Realize, Boa sorte.

¹ Graduanda em Educação Física -Licenciatura na Universidade Federal do Ceará. Email: luize.sousa@alu.ufc.br

² Mestrando em Educação Física pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Formado em Educação Física -Licenciatura na Universidade Federal do Ceará. Docente pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. Atualmente trabalha na Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais. E-mail: lucasluan.brito@educacao.fortaleza.ce.gov.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1730-1339>.

³ Pós-Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista. E-mail: luizsanchesneto@ufc.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9143-8048>.

⁴ Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: luvenancio@ufc.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2903-7627>.

INTRODUÇÃO

A educação é compreendida como um fenômeno que envolve a formação e o desenvolvimento humano, além de ser um direito que todos/as possuem legalmente, pois segundo a Constituição Federal (Brasil, 1988, Art. 205), “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Entretanto, apenas garantir o acesso à educação não é suficiente; é igualmente imperativo assegurar que o sujeito permaneça engajado e ativo ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, o desenvolvimento sustentável somente será efetivo mediante a concretização de objetivos diretamente vinculados à educação (Unesco, 2017).

Refletindo sobre essa perspectiva, é crucial destacar a relevância da inclusão nos contextos educacionais, que historicamente têm sido excludentes para diversos/as sujeitos/as. Como preconiza a constituição brasileira, todos/as têm o direito de estar presentes na escola e de permanecer nas aulas, independentemente de seu gênero, etnia, religião, entre outros aspectos. Neste sentido, uma escola inclusiva, pode ser definida, conforme Ferreira, Prado e Cadavieco (2015, p. 5), “como uma instituição de ensino regular que todos/as os/as alunos/as, independentemente de suas variadas capacidades, características e necessidades, têm as diversas possibilidades de aprenderem em conjunto, com ênfase no desenvolvimento global de cada indivíduo”.

A partir disso, há alguns desafios recorrentes para a inclusão, como as dificuldades individuais que uma pessoa pode enfrentar. Enquanto as barreiras são impedimentos mais gerais que afetam o(s) grupo(s) como um todo e podem exigir modificações na estrutura ou nas estratégias pedagógicas para serem superados. Pensando nisso, as barreiras tratadas neste trabalho foram: atitudinais, de comunicação, físicas, tecnológicas e de transporte. Então, considerando que a educação é um direito universal e uma obrigação do Estado, e que sua finalidade transcende a mera transmissão de informações para abranger a formação integral do/a estudante em dimensões críticas, psicomotoras, sociais, emocionais etc., foi realizada uma análise das dificuldades à inclusão efetiva dos/as alunos/as nas aulas de educação física. Conforme as dificuldades identificadas por 16 professores/as de diferentes escolas da rede

municipal de Fortaleza, o objetivo foi: expor e compreender as barreiras enfrentadas nessas aulas.

METODOLOGIA

Foi conduzida uma pesquisa de caráter qualitativo com o objetivo de expor e compreender as barreiras enfrentadas nas aulas de educação física. Nesta pesquisa, participaram 16 professores/as de diferentes escolas da rede pública municipal de Fortaleza. Para tal, foi utilizado um questionário online por meio do Google Forms, contendo 9 perguntas subjetivas, são elas: 1) Dentro das suas aulas de Educação Física ao ensinar você encontra barreiras atitudinais? Se sim, quais? 2) Dentro das suas aulas de Educação Física ao ensinar você encontra barreiras de comunicação? Se sim, Quais? 3) Dentro das suas aulas de Educação Física ao ensinar você encontra barreiras físicas? Se sim, Quais? 4) Dentro das suas aulas de Educação Física ao ensinar você encontra barreiras tecnológicas? Se sim, Quais? 5) Dentro das suas aulas de Educação Física ao ensinar você encontra barreiras de transporte? Se sim, Quais? 6) Diante do explicado, quais as principais dificuldades presentes nas suas aulas de educação física? Justifique. 7) A gestão escolar fornece assistência para a promoção da educação inclusiva efetiva dentro da escola? Justifique. 8) A Prefeitura Municipal em conjunto com os órgãos responsáveis oferece condições reais para inclusão? Justifique. 9) Você se considera um/a professor/a que promove a inclusão em suas aulas de educação física? Justifique.

Tais perguntas permitiram aos/as professores/as descreverem suas experiências em relação às barreiras encontradas na instituição de ensino em que atuam. Os critérios estabelecidos para a coleta de dados foram direcionados a 16 professores/as da rede municipal de Fortaleza, cuja atuação se concentra na área da educação física, independentemente do tempo de experiência profissional.

REFERENCIAL TEÓRICO

1 Dificuldades/Barreiras e o contexto escolar

A distinção entre dificuldades e barreiras reside no contexto de sua aplicação. As dificuldades referem-se a desafios ou obstáculos que podem ser enfrentados em determinadas situações, configurando-se como problemas que dificultam a realização de

atividades. Essas dificuldades costumam ser temporárias e suscetíveis de superação. Em contrapartida, as barreiras constituem obstáculos mais permanentes ou estruturais que impedem ou dificultam o progresso. Tais barreiras podem manifestar-se de forma física, social, legal, entre outras, e geralmente demandam mudanças mais significativas para serem ultrapassadas. O autor Sasaki (2005, p. 20) aborda sobre as barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência:

“O modelo social da deficiência, elaborado basicamente por entidades de pessoas com deficiência, aponta as barreiras da sociedade (escola, empresa etc) que impedem o desenvolvimento das pessoas e sua inserção social (inclusão escolar, inclusão profissional etc.). Essas barreiras se manifestam por meio de seus ambientes restritivos, suas políticas discriminatórias e suas atitudes preconceituosas que rejeitam a minoria e todas as formas de diferenças, seus discutíveis padrões de normalidade, seus objetos e outros bens inacessíveis do ponto de vista físico, seus pré-requisitos atingíveis apenas pela maioria aparentemente homogênea, sua quase total desinformação sobre necessidades especiais e sobre direitos das pessoas que possuem essas necessidades, suas práticas discriminatórias em muitos setores da atividade humana (escolas, empresas, locais de lazer, transportes coletivos etc)”.

Relacionando a menção do autor, sobre as barreiras, com a pluralidade humana, percebe-se que se busca um padrão de normalidade social que acaba invalidando a singularidade do ser humano, reduzindo a existência a mera padronização do ser/fazer, sem levar em consideração as particularidades de cada sujeito. Com isso, destaca-se a ideia da autora Mantoan (2003) onde ressalta sobre a exclusão escolar, que se manifesta de diversas e prejudiciais maneiras, onde prevalece a valorização exclusiva dos saberes reconhecidos pela instituição de ensino.

Esse enfoque resulta na marginalização de indivíduos que não possuem acesso ou familiaridade com esses conhecimentos, perpetuando um ciclo de exclusão e desigualdade. Essa marginalização dos sujeitos, está relacionado com o que Charlot (2000) denomina de sujeitos em situação de fracasso escolar. Portanto, torna-se algo imprescindível que a escola reveja o currículo imposto, pois se faz necessário que a realidade dos/as estudantes seja considerada relevante para seu processo de aprendizagem. Nesse caminho, por meio da obra da autora Dias (2023) pode-se ressaltar sobre a complexidade de incluir alunos/as que necessitam de metodologias diferenciadas de aprendizagem, pois vai muito além de somente aceitar as diferenças humanas.

É preciso que diversos parâmetros sejam revistos e transformados, bem como as estruturas da escola e aspectos do sistema de ensino. Tais mudanças devem ser voltadas

para a inclusão de todos/as estudantes, ou seja, levar em consideração as especificidades de cada um/a, algo que engloba a diversidade humana, as idiossincrasias de cada sujeito. Portanto, se considera as questões de gênero, raça, etnia, classes sociais etc. Considerando a necessidade de mudança na sociedade como um todo, serão apresentados o conceito e a exemplificação das barreiras estudadas durante a pesquisa, que impossibilita uma educação inclusiva.

2 Barreiras

Segundo Ribeiro, Simões e Paiva (2017, p. 219) “muitas ações podem ser percebidas em discursos de generalizações e estereótipos relacionados a particularidades em pessoas que não são pertencentes ao grupo dominante”. Essas ações promovem preconceitos e exclusões, constituindo, portanto, os elementos fundamentais que orientam as barreiras atitudinais.

Sendo assim as barreiras atitudinais configuram obstáculos psicológicos e comportamentais que inviabilizam a aceitação e a inclusão de indivíduos ou grupos considerados diversos, como aqueles pertencentes a minorias étnicas, culturais, sociais ou com deficiências. Tais barreiras são constituídas por preconceitos, estereótipos e generalizações que culminam em discriminação e exclusão.

As barreiras de comunicação na escola são um desafio significativo que impacta o aprendizado e a interação entre alunos/as, professores/as e família. Essas barreiras podem ser classificadas em diferentes categorias e, se não forem abordadas adequadamente, podem comprometer a inclusão e a qualidade da educação. A comunicação oral é a mais amplamente utilizada e incentivada entre as pessoas; no entanto, há dificuldades que impedem que todos possam se comunicar com facilidade por meio da oralidade.

Assim como aponta Cavalcante e Ferreira (2012, p.44) “em decorrência dos impedimentos no uso da comunicação oral, ocorre a segregação das pessoas com o entendimento cognitivo, sobretudo, a verbalização na forma prioritariamente valorizada de comunicação - contempla a maioria linguística”. Além disso, dentro da comunicação oral, existem obstáculos relacionados ao uso de gírias, a linguagem formal e a outros aspectos de difícil compreensão para quem não tem familiaridade e contato com tais formas de expressão, os quais afetam o entendimento entre as pessoas.

Barreiras físicas consistem em obstáculos materiais e estruturais que dificultam ou impedem o acesso e a mobilidade de indivíduos em determinados ambientes. Essas barreiras podem incluir infraestrutura inadequada, disposição de mobiliários e espaço restrito, bem como a ausência de materiais didáticos adaptados. Assim como aponta Maia et al (2020, p.22), “organizar e caracterizar o ambiente físico tornando-o acessível é apenas um aspecto dessa iniciativa, que deve estar além da criação de rampas e barras”. Ou seja, a sociedade deve combater os obstáculos tanto materiais quanto estruturais para se ter um ambiente inclusivo, no qual todos/as podem acessar e permanecer da melhor maneira possível.

Barreiras tecnológicas consistem em obstáculos que dificultam o acesso e a utilização de recursos tecnológicos por determinados indivíduos ou grupos. Essas barreiras podem incluir a falta de acesso a dispositivos, a conectividade limitada e a disponibilidade de recursos inadequados, entre outros fatores. Segundo a autora Silva (2018, p.21) “Considerando o processo da Educação e sua evolução com a cultura digital, há inúmeras possibilidades para os estudantes no ato efetivo de aprender e trocar conhecimentos”. No entanto, muitas escolas não possuem os equipamentos tecnológicos para proporcionar essa interação com o meio digital, dificultando o acesso tanto dos/as professores/as quanto dos/as estudantes.

Barreiras de transporte são obstáculos que dificultam ou impedem o acesso e a mobilidade de indivíduos em sistemas de transporte. Essas barreiras incluem a infraestrutura inadequada em estações de transporte público, veículos não adaptados, custos elevados no transporte público etc. Como aponta Mazzarino, Falkenbach e Rissi (2011) são barreiras existentes dentro dos serviços de transportes.

3 As barreiras Atitudinais e as aulas de educação física

A Educação Física pode ser entendida a partir de três perspectivas: componente curricular presente na Educação Básica, profissão caracterizada por cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior e área em que estudos científicos são desenvolvidos (Sanches Neto; Betti, 2008, p.5). Para esta pesquisa o foco será a educação física como componente curricular da educação básica.

A educação física escolar pode ser entendida de várias formas, por isso com o intuito de explicitar maneiras de compreender os conteúdos vistos na educação física se faz necessário trazer os autores Sanches Neto e Betti (2008) que defendem sobre os

blocos temáticos da educação física para que seja possível uma intervenção do/a professor/a na elaboração integrada e crítica dos conteúdos, são eles: Elementos culturais da Motricidade (Brincadeira e Jogo, Esporte, Dança, Ginástica e Circo, Luta e Capoeira); Aspectos pessoais e interpessoais relacionados e integrados à Motricidade (Noções de Bioquímica e Nutrição, Embriologia e Fisiologia, Anatomia e Biomecânica, Antropologia e Psicologia, Saúde e Patologia); Movimentos fundamentais, combinados e especializados (Habilidades de Estabilização, Manipulação e Locomoção, Ritmo, Combinação e Especialização de Habilidades, Capacidades e noções de Treinamento.); Adequação da Motricidade às demandas ambientais (Problematização da Motricidade frente ao Meio Ambiente Físico e Natural, Social e Político, Filosófico e Estético, Virtual, Administrativo/Organizacional e Econômico, Histórico e Geográfico; Perspectivas Adaptativas e de Transformação do Meio Ambiente).

Assim, ademais há possibilidade de trazer temáticas abrangentes para além do saber fazer, sendo possível mas sim analisar criticamente sobre todo o contexto da prática, trazendo à tona sua história, (in)justiças do passado e da contemporaneidade, o porquê a existência da prática entre outros aspectos. Tendo em vista os conteúdos e saberes trabalhados dentro da educação física, é necessário refletir sobre quais dificuldades/barreiras podem ser encontradas durante as aulas. A Educação Física escolar, como parte do currículo, oferece uma ampla gama de vivências e experiências compartilhadas entre os/as alunos/as. As atividades corporais realizadas durante as aulas frequentemente envolvem interação direta entre os/as estudantes, gerando diversas interações, sensações, percepções, decisões e atitudes em relação aos/às colegas (Voigt; Paula, 2021).

Por ter essa proximidade com o colega durante as vivências, muitas vezes se percebe, de forma implícita ou explícita, as falas e atitudes preconceituosas, como menciona Voigt e Paula (2021, p. 120) “Entre as possíveis barreiras presentes no ambiente escolar estão as barreiras atitudinais, representadas por ações ou omissões preconceituosas contra as pessoas com deficiência ou grupos vulneráveis”. O preconceito é um assunto que deve ser debatido em sala de aula, pois reflete sobre a realidade vivenciada por aqueles/as estudantes e necessita de uma reflexão crítica e de transformação.

Um currículo fundamentado na teoria crítica e pós-crítica deve abordar conteúdos significativos, considerando a realidade educacional atual. Ele não se limita a debates e discussões, mas busca implementar ações práticas para promover uma

transformação dessa realidade, com o professor assumindo um papel de co-responsabilidade na efetivação dessa proposta curricular (Pinheiro, 2009). Através das vivências se pode refletir criticamente sobre os preconceitos enraizados socialmente e assegurar que o respeito esteja presente nas relações entre alunos/as, professores/as. Pois “Como componente curricular a Educação Física deverá possibilitar que os alunos tenham experiências mais significativas, para que a partir delas compreendam a linguagem corporal, respeitem o outro e a si próprios” (Darido; Venâncio, 2012, p.105). Portanto, a implementação de uma educação física escolar que seja reflexiva e crítica pode contribuir significativamente para a diminuição das barreiras atitudinais entre os/as alunos/as.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados mostram que os/as professores/as enfrentam algumas barreiras (no mínimo uma) em suas aulas, no qual se torna um obstáculo para a inclusão. Dos/as 16 professores/as que responderam o formulário, 14 apontaram barreiras físicas, 13 relataram barreiras atitudinais, 12 enfrentaram barreiras tecnológicas, 10 citaram barreiras de transporte devido à infraestrutura inadequada, 8 mencionaram barreiras de comunicação. Todos/as os/as professores/as afirmaram que se esforçam para promover a inclusão dos/as discentes, apesar das dificuldades, e destacaram a necessidade de melhores condições por parte da gestão escolar e da Prefeitura Municipal para desenvolver aulas mais inclusivas e atrativas.

Nesse cenário que está posto em estudo, os/as professores/as buscam desenvolver aulas que diminuam as barreiras encontradas pelo percurso, tentando promover a inclusão, porém 14 dos/as professores/as disseram que há barreiras físicas relacionando aos espaços limitados e ausência de materiais que incluam todos/as e traga uma aula mais atrativa. O autor e a autora Miron e Costa (2014) apontam que para assegurar a presença dos/as alunos/as com deficiência na escola e, conseqüentemente, nas aulas de educação física, é fundamental considerar sua acessibilidade para chegar até lá.

Além disso, possibilitar que esses/as alunos/as se desloquem para espaços públicos dentro da escola e participem de forma autônoma de todas as atividades educacionais evidencia a importância de observar as necessidades relacionadas à infraestrutura e ao uso do espaço físico. Isso é especialmente relevante para garantir sua

participação nas aulas de educação física. Ou seja, num olhar amplo da inclusão seria necessário garantir que todos/as possam se locomover e utilizar o espaço físico, e que ele atenda as necessidades de cada um/a, permitindo que a participação seja realizada independente de suas particularidades. Diante disso, salientamos também esse olhar para além de crianças com deficiência, lembrando as barreiras que englobam questões de gênero, classe, raça etc.

Portanto, 13 desses professores/as relatam que há preconceitos entre alunos/as ao utilizar termos pejorativos para se referir a alguém que ele/a considera menos apto para as atividades realizadas em aula, inclusive um/a professor/a relatou que às vezes tal preconceito acaba partindo de professores/as da escola. Diante do exposto, é de extrema importância que os profissionais mantenham uma postura aberta ao diálogo e estejam dispostos a reavaliar suas atitudes, pois como defende Arnaiz Sánchez (2005, p.12) “A educação inclusiva é antes de tudo uma questão de direitos humanos, já que defende que não se pode segregar a nenhuma pessoa como consequência de sua deficiência, de sua dificuldade de aprendizagem, do seu gênero ou mesmo se esta pertencer a uma minoria étnica (seria algo que iria contra os direitos humanos)”. Logo, se torna imprescindível que os/as docentes estejam sempre atentos para não limitar os/as estudantes por qualquer características que tenham, já que é um direito deles/as estarem presentes e incluídos de maneira efetiva na sociedade.

Doze professores/as relatam barreiras tecnológicas por não ter acesso a recursos tecnológicos dentro da escola. Uma professora relatou que precisou comprar seu data show para trazer aulas mais atrativas, pois a escola não possuía. Segundo a autora Silva (2018) as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) podem ser definidas como recursos tecnológicos que operam em rede, ou seja, de maneira integrada no ambiente digital. As tecnologias podem auxiliar o/a professor/a para trazer uma aula mais chamativa para os/as alunos/as, já que na contemporaneidade o acesso às redes ficou mais facilitado, porém a escola deveria ter esses equipamentos para uso dos/as docentes.

A autora Silva (2018) defende que “o uso das TIC tem como a finalidade a de criação de redes de conhecimentos que favorecem a democratização do acesso à informação e a troca experiências, a compreensão crítica da realidade e o desenvolvimento humano, social, cultural e educacional”. Sendo assim, um recurso que pode melhorar a inclusão de todos/as, mobilizando os/as estudantes a aprenderem de acordo com o que chama a atenção deles/as.

Oito professores relatam a presença de barreiras de comunicação, destacando que o principal desafio refere-se a estudantes que não verbalizam. Além disso, apenas dois mencionaram que a nacionalidade distinta dos/as alunos/as impacta negativamente na comunicação. As autoras Sartoretto e Bersch (2010) defendem que os/as alunos/as com dificuldades de comunicação muitas vezes não participam plenamente das atividades educacionais, pois os/as professores/as não conhecem estratégias e alternativas de comunicação. Para assegurar que esses/as alunos/as consigam expressar suas habilidades, dúvidas e necessidades, é essencial identificar maneiras de entender como eles/as processam e constroem conhecimentos. Para isso, é preciso que a escola esteja trabalhando em conjunto com os/as docentes para que o atendimento das necessidades de cada estudante seja realizado e exercendo a inclusão para todos/as.

Dez professores/as relatam enfrentar barreiras relacionadas ao transporte, enquanto apenas um menciona que a escola oferece um ônibus para buscar os/as alunos/as que residem mais longe. No entanto, esse ônibus não conta com elevador mecânico, o que impossibilita o acesso para pessoas que utilizam cadeira de rodas. Assim, a dificuldade começa antes mesmo da chegada à escola, pois o trajeto da residência do aluno até a instituição é repleto de obstáculos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As barreiras e dificuldades observadas e relatadas pelos/as docentes nas aulas de educação física ressaltam a necessidade premente de uma abordagem inclusiva e adaptativa. É crucial que as instituições de ensino, em colaboração com a prefeitura, identifiquem e superem os obstáculos físicos, comunicativos e atitudinais que podem impedir a participação plena de todos/as os/as alunos.

A falta de acessibilidade nas instalações, as limitações no transporte e as dificuldades de comunicação são questões que devem ser enfrentadas por meio de políticas públicas e práticas pedagógicas eficazes. Além disso, a formação contínua dos/as professores/as é vital para que desenvolvam estratégias que incentivem a inclusão e valorizem a diversidade.

Criar um ambiente educacional que promova a participação de todos/as não apenas enriquece a experiência na educação física, mas também contribui para o desenvolvimento social e emocional dos/as alunos/as, fortalecendo valores como respeito e empatia. Portanto, transformar as aulas de educação física em espaços

verdadeiramente inclusivos é um passo fundamental para a formação integral dos/as estudantes.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Serapião; DUARTE, Édison. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. **Rev. bras. educ. espec**, vol.11, n.02, p.223-240, Marília, 2005.

ARNAIZ SÁNCHEZ, Pilar. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, v. 1, n. 1, p. 7-18, out. 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 205. Disponível em:

<<https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=205>>. Acesso em: 15/10/2024

CAVALCANTE, Tícia Cassiany Ferro; FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde. IMPEDIMENTOS COGNITIVOS E A ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DE VYGOTSKY. **Ciências & Cognição**, v. 16, n. 3, 17 jan. 2012.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DAOLIO, Jocimar. Educação física escolar: em busca da pluralidade. **Rev. Paul. Educ. Fis.**, São Paulo, supl.2, p.40-42, 1996.

DIAS, Leda Maria Florencio. Educação Física Escolar sob a perspectiva da Educação Inclusiva: aspectos da formação e atuação docente. Orientador: Márcio Pereira da Silva. 2023. 113 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional) – UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru, 2023.

FERREIRA, Marco Maia; PRADO, Susana Agudo; CADAVIECO, Javier Fombona. Educação inclusiva: natureza e fundamentos. **Revista Nacional e Internacional de Educação Inclusiva**, v. 8, n. 3, p. 1-11, nov. 2015. ISSN 1889-4208.

MAIA, Ivana Márcia Oliveira; PAIVA, Anselmo Cardoso de; PEREIRA, Ana Beatriz Soares; SILVA, Matheus Alberto Menezes; SILVA, Matheus Gabriel Monteles; MENDES, Kleyciane Dutra. Identificação de barreiras físicas em ambientes escolares. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 33311-33324, jun. 2020. ISSN 2525-8761.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar - o que é? Por quê? Como fazer?*. Editora Moderna, São Paulo, 2003.

MARIZ DE OLIVEIRA, J.G. *Educação física na educação básica: significado, objetivo e conteúdo*. São Paulo: Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, 2001. (Apostila do curso de extensão universitária).

MAZZARINO, Jane Márcia; FALKENBACH, Atos; RISSI, Simone. *Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na educação física*. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 1, p. 87-102, jan./mar. 2011.

MIRON, Edison Martins; COSTA, Maria da Piedade Resende da. *Barreiras físicas e o acesso às aulas de educação física*. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 377-394, jan./mar. 2014.

RIBEIRO, Ernani Nunes; SIMÕES, José Luís; PAIVA, Fábio da Silva. *Inclusão escolar e barreiras atitudinais: um diálogo sob a perspectiva da sociologia de Pierre Bourdieu*. **Olh@res**, Guarulhos, v. 5, n. 2, p. 1-xx, nov. 2017.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. *A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. Recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa*. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2010. 67p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: o paradigma do século 21*. **Inclusão - Revista da Educação Especial**, v. 1, n. 1, p. 19-23, out. 2005.

SILVA, Débora Costa de Borba. *Havia mouse e teclado no meio do caminho: quebrando barreiras tecnológicas para alfabetização de jovens e adultos*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Educação para os objetivos de desenvolvimento sustentável: objetivos de aprendizagem*. Paris: Unesco, 2017.

VOIGT, Rafaela Dybas; PAULA, Adriana Inês de. *Atividades inclusivas nas aulas de educação física: Atitudes de Estudantes sobre Inclusão*. **Revista Intermeio: do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, MS, v.27, n.53, p.119-137, 2001